

INGO WOLFGANG SARLET
LUIZ GUILHERME MARINONI
DANIEL MITIDIERO

CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

9ª edição
revista e atualizada

2020

saraiva  *jur*

SUMÁRIO

<i>Sobre os autores</i>	5
<i>Nota à 9.ª Edição</i>	9
<i>Nota à 8.ª Edição</i>	11
<i>Notas preliminares para a 7.ª Edição</i>	13
<i>Nota à 6.ª Edição</i>	15
<i>Nota à 5.ª Edição</i>	17
<i>Nota à 4.ª Edição</i>	19
<i>Nota à 3.ª Edição</i>	21
<i>Nota à 2.ª Edição</i>	23
<i>Apresentação</i>	45

PRIMEIRA PARTE

Teoria da Constituição e do Direito Constitucional	47
1. A Constituição em perspectiva histórico-evolutiva – Dos antecedentes à afirmação do constitucionalismo moderno e do assim chamado Estado Constitucional	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	49
1.1 Considerações introdutórias.....	49
1.2 O caso da Inglaterra e suas peculiaridades.....	54
1.3 Os Estados Unidos da América: a “viragem de Copérnico” da evolução constitucional .	57
1.4 O legado da experiência constitucional na França	61
1.5 A ampliação do constitucionalismo pelo mundo ocidental: rumo ao modelo do Estado Constitucional como paradigma universal.....	63
1.6 A Lei Fundamental da Alemanha (1949): notas sobre sua formação, evolução e conteúdo	65
1.6.1 Precedentes e o desmantelamento da ordem constitucional pretérita por força da ditadura nacional-socialista	65
1.6.2 Elaboração, conteúdo e afirmação da Lei Fundamental de 1949.....	67
1.6.3 A “queda do muro”, a reunificação e a adoção da Lei Fundamental de 1949 como Constituição Federal da Alemanha.....	72
2. Classificação das constituições	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	76

3. Estrutura, funções e conteúdo das constituições <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	85
3.1 As constituições e sua estrutura	85
3.1.1 Considerações de caráter geral	85
3.1.2 O preâmbulo das constituições, com destaque para o problema de sua força jurídica na Constituição Federal de 1988	85
3.1.3 Disposições constitucionais permanentes	90
3.1.4 Disposições constitucionais transitórias	92
3.2 As funções da Constituição	94
3.3 O problema do conteúdo das constituições.....	98
4. Conceito e características do direito constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	102
5. Do poder constituinte e da mudança (reforma e mutação) constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	105
I – Do poder constituinte	105
5.1 Notas introdutórias.....	105
5.2 O que é o poder constituinte?	106
5.2.1 Generalidades	106
5.2.2 A natureza do poder constituinte	108
5.2.3 Distinção entre poder constituinte formal e poder constituinte material.....	109
5.2.4 Características do poder constituinte	110
5.3 Quem é o titular do poder constituinte? O problema da legitimidade do poder constituinte e da Constituição.....	112
5.4 Formas de manifestação (expressão ou exercício) do poder constituinte.....	115
5.4.1 Aspectos introdutórios.....	115
5.4.2 As formas democráticas de exercício do poder constituinte.....	117
5.4.3 A revolução como forma da manifestação do poder constituinte	119
5.5 Limites e condicionamentos do poder constituinte?	123
II – Teoria da mudança constitucional – A reforma e a mutação constitucional	125
5.6 Generalidades e distinção entre as diversas formas de mudança constitucional: processos formais e informais (mutação constitucional).....	125
5.7 O poder de reforma da Constituição	127
5.7.1 Questões terminológicas	127
5.7.2 Natureza, características e funções do poder de reforma constitucional.....	128
5.7.3 O poder de reforma na Constituição Federal de 1988.....	130
5.7.3.1 A distinção entre revisão e emendas como modalidades de reforma da Constituição	130
5.7.4 Os limites da reforma constitucional	133
5.7.4.1 Considerações gerais	133
5.7.4.2 Limites formais	134
5.7.4.3 Limites circunstanciais	139
5.7.4.4 O problema dos limites materiais (as assim chamadas “cláusulas pétreas”)	142

5.7.4.4.1	Natureza e significado dos limites materiais	142
5.7.4.4.2	Espécies de limitações materiais ao poder de reforma.....	144
5.8	A assim chamada “mutação” constitucional e suas formas de manifestação: algumas aproximações.....	168
5.8.1	Considerações gerais: conceito e modalidades de mutação constitucional	168
5.8.2	Mecanismos (modos) de mutação constitucional	171
5.8.3	Limites da mutação constitucional: o problema das mutações inconstitucionais ...	173
6.	Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	177
6.1	Alguns aspectos terminológicos e conceituais	177
6.2	Apresentação e discussão das principais classificações das normas constitucionais quanto à sua eficácia e aplicabilidade adotadas no Brasil	182
6.2.1	As posições “clássicas” e a sua gradual superação.....	182
6.3	Apreciação crítica das diferentes posições	191
6.4	Síntese conclusiva.....	197
7.	O problema da efetividade das normas constitucionais e da força normativa da Constituição	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	202
8.	A norma constitucional no “tempo” – Relações entre a Constituição e a ordem jurídica anterior	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	207
8.1	Considerações gerais	207
8.2	A Constituição e o direito constitucional anterior	208
8.2.1	A Constituição originária e a Constituição anterior.....	208
8.2.2	As emendas constitucionais e o direito constitucional (originário) anterior.....	209
8.3	A Constituição e o direito infraconstitucional anterior	210
9.	A Constituição e as relações com o direito estrangeiro e internacional – O problema da aplicação das normas constitucionais no espaço	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	214
9.1	Considerações introdutórias.....	214
9.2	Relações entre o direito estrangeiro e a Constituição.....	215
9.3	O direito internacional e a Constituição Federal de 1988	219
10.	Linhas mestras da interpretação constitucional	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	223
10.1	Noções gerais	223
10.2	Princípios da interpretação constitucional	227
10.2.1	O princípio da unidade da Constituição	227
10.2.1.1	Princípio do efeito integrador	228
10.2.1.2	O princípio da “concordância prática” ou da “harmonização”	229
10.2.1.3	A assim chamada “ponderação” (ou “balanceamento”) no campo da interpretação e aplicação da Constituição	230
10.2.1.4	Proporcionalidade e razoabilidade como princípios e critérios de interpretação constitucional	231
10.2.2	O princípio da supremacia da Constituição	234

10.2.2.1	O princípio da máxima eficácia e efetividade da Constituição	235
10.2.2.2	O princípio da força normativa da Constituição	235
10.2.2.3	O princípio da interpretação (das leis) conforme à Constituição.....	235
10.2.3	O princípio da divisão de poderes e o correlato princípio (dever) da conformidade funcional: o problema da autorrestrrição por parte da jurisdição constitucional e as assim chamadas “capacidades institucionais”	238

SEGUNDA PARTE

O Sistema Constitucional Brasileiro	241
1. O constitucionalismo brasileiro em perspectiva histórico-evolutiva – Da Constituição Imperial de 1824 à assim chamada “Constituição-Cidadã” de 1988	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	243
1.1 Os primórdios e a Carta Imperial de 1824.....	243
1.2 A Proclamação da República e a implantação da Federação: a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891	247
1.3 A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934	251
1.4 O Estado Novo e a Carta de 1937 (a Constituição “Polaca”)	252
1.5 A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.....	255
1.6 A Constituição do Brasil de 1967 e a EC 1/1969	256
1.7 Breves notas sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	258
2. Dos princípios fundamentais	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	266
I – Notas introdutórias: função, classificação e eficácia dos princípios constitucionais fundamentais .	266
II – Princípios gerais estruturantes e constitucionalmente conformadores da ordem jurídico-constitucional.....	271
2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	271
2.1.1 Considerações gerais.....	271
2.1.2 Breves notas sobre a forma de positivação (reconhecimento) da dignidade da pessoa humana na Constituição Federal	272
2.1.3 Funções da dignidade da pessoa humana na arquitetura jurídico-constitucional...	275
2.2 Princípio do Estado Democrático e Socioambiental de Direito.....	279
2.2.1 Noções gerais	279
2.2.2 O princípio democrático e a soberania popular	280
2.2.3 O princípio do pluralismo político	286
2.2.4 O princípio do Estado de Direito	287
2.2.5 O princípio do Estado Socioambiental (a conjugação da justiça social, da realização dos direitos humanos e fundamentais sociais e da proteção do ambiente)...	297
2.2.6 Princípio republicano.....	301
2.2.7 O princípio federativo.....	304
2.2.8 O princípio da sustentabilidade (ou desenvolvimento sustentável).....	304
III – Os objetivos fundamentais do Estado Democrático (Socioambiental) de Direito	307
IV – Princípios que regem as relações internacionais	308

3. Teoria geral dos direitos fundamentais	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	312
3.1 Considerações gerais	312
3.1.1 Aspectos terminológicos: direitos humanos e/ou direitos fundamentais?	313
3.2 Os direitos fundamentais em perspectiva histórico-evolutiva e as assim designadas dimensões (ou “gerações”) de direitos fundamentais.....	316
3.2.1 Considerações preliminares	316
3.2.2 A “pré-história” dos direitos fundamentais: dos primórdios à noção de direitos naturais (inatos e inalienáveis) do homem	317
3.2.3 O reconhecimento dos direitos fundamentais na esfera do direito positivo	319
3.2.3.1 Antecedentes (o período pré-constitucional).....	319
3.2.4 As assim chamadas “dimensões” (gerações?) dos direitos fundamentais: a trajetória evolutiva dos direitos fundamentais do Estado Liberal ao Estado Constitucional Socioambiental	322
3.2.4.1 Os direitos fundamentais no âmbito do Estado Liberal (a assim chamada “primeira dimensão”).....	324
3.2.4.2 O advento do Estado Social e os direitos econômicos, sociais e culturais (a assim chamada “segunda dimensão”).....	325
3.2.5 A titularidade transindividual e os assim chamados “direitos da terceira dimensão”... ..	326
3.2.6 Existem direitos fundamentais de quarta, quinta e sexta dimensão?	328
3.2.7 As dimensões (“gerações”) dos direitos em perspectiva crítica	330
3.3 O conceito de direitos fundamentais no sistema constitucional brasileiro	331
3.3.1 A dupla fundamentalidade em sentido formal e material	331
3.3.2 A abertura (expansividade) do catálogo constitucional dos direitos fundamentais: significado e alcance da norma contida no art. 5.º, § 2.º, da CF	334
3.3.2.1 Noções preliminares.....	334
3.3.2.2 Classificação dos direitos fundamentais com base no critério da abertura material do catálogo constitucional	337
3.3.2.3 Direitos previstos no Título II da CF.....	342
3.3.2.4 Direitos fundamentais dispersos no texto constitucional.....	344
3.3.2.5 Direitos sediados nos tratados internacionais de direitos humanos.....	348
3.3.2.5.1 Generalidades.....	348
3.3.2.5.2 O procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos na perspectiva da Constituição Federal.....	350
3.3.2.5.3 O problema da hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira: direitos fundamentais sem hierarquia constitucional?	353
3.4 A dupla dimensão objetiva e subjetiva, a multifuncionalidade e a classificação dos direitos e garantias fundamentais	357
3.4.1 Os direitos fundamentais e sua dimensão subjetiva	357
3.4.2 A assim chamada dimensão objetiva dos direitos fundamentais	360
3.4.3 Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais na ordem constitucional	364
3.5 A titularidade dos direitos e garantias fundamentais: quem é o sujeito dos direitos?	367
3.5.1 Considerações gerais	367

3.5.2	A pessoa natural como titular de direitos fundamentais: a titularidade universal e sua interpretação na Constituição Federal.....	368
3.5.3	O problema da titularidade de direitos fundamentais por parte dos estrangeiros e a relevância da distinção entre estrangeiro residente e não residente.....	370
3.5.4	O problema da titularidade de direitos fundamentais nos limites da vida.....	373
3.5.5	Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais.....	376
3.5.6	Direitos fundamentais da natureza, em especial a titularidade de direitos por parte dos animais não humanos	378
3.6	A aplicabilidade imediata das normas de direitos e garantias fundamentais: significado e alcance do art. 5.º, § 1.º, da CF.....	381
3.7	Destinatários dos direitos e garantias fundamentais	387
3.8	Particulares como destinatários dos direitos fundamentais: o problema da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas	391
3.9	Limites e restrições de direitos fundamentais.....	395
3.9.1	Considerações introdutórias	395
3.9.2	O âmbito de proteção dos direitos e garantias fundamentais	395
3.9.3	Os limites dos direitos fundamentais	398
3.9.4	Limites aos limites dos direitos fundamentais	402
3.9.4.1	Noções preliminares.....	402
3.9.4.2	Proporcionalidade e razoabilidade como limites dos limites.....	403
3.9.4.3	A assim chamada garantia do núcleo essencial dos direitos fundamentais ..	411
4.	Direitos fundamentais em espécie	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	415
4.1	O direito à vida.....	415
4.1.1	Breve histórico: da noção de “direito natural” à consagração como direito humano e fundamental	415
4.1.2	Âmbito de proteção do direito à vida: o conceito de vida para efeitos da tutela jurídica	418
4.1.3	Relação do direito à vida com outros direitos fundamentais.....	419
4.1.4	A titularidade do direito à vida e o problema do início e fim da proteção jurídico-constitucional da vida humana	422
4.1.5	Destinatários (sujeitos passivos): órgãos estatais e particulares	425
4.1.6	O direito à vida e sua dupla dimensão objetiva e subjetiva como dever de proteção e complexo de posições subjetivas de conteúdo negativo e positivo	425
4.1.6.1	Considerações gerais	425
4.1.6.2	Dimensões subjetiva e objetiva do direito à vida.....	426
4.1.7	Limites das intervenções no direito à vida: uma análise a partir de alguns exemplos..	428
4.1.7.1	Considerações gerais	428
4.1.7.2	Existe um direito de matar? O caso da pena de morte e de outras intervenções similares.....	429
4.1.7.3	A discussão em torno da legitimidade constitucional da interrupção da gravidez.....	431
4.1.7.4	O problema de um direito ao suicídio e a discussão em torno das possibilidades e limites da eutanásia	434
4.2	O direito à integridade física e psíquica	437

4.2.1	Considerações gerais.....	437
4.2.2	Direito constitucional estrangeiro e direito internacional dos direitos humanos.....	438
4.2.3	O direito à integridade física e psíquica na Constituição Federal.....	439
4.2.3.1	Observações gerais e relação com outros direitos fundamentais.....	439
4.2.3.2	A dupla dimensão subjetiva (negativa e positiva) e objetiva do direito à integridade física e psíquica.....	440
4.2.3.3	Titulares e destinatários.....	442
4.2.3.4	Intervenções no direito à integridade corporal, limites e restrições: a controvérsia em torno de um direito à disposição do próprio corpo.....	442
4.2.3.5	O caso da proibição da tortura, de todo e qualquer tratamento desumano e degradante, incluindo a proibição das penas cruéis.....	446
4.3	Demais direitos à identidade e integridade pessoal – O direito ao livre desenvolvimento da personalidade e os direitos especiais de personalidade.....	449
4.3.1	Os direitos fundamentais vinculados à proteção da personalidade e os contornos de seu regime jurídico-constitucional.....	449
4.3.1.1	Considerações gerais.....	449
4.3.1.2	Direito internacional dos direitos humanos e constituições estrangeiras ..	453
4.4	O direito ao livre desenvolvimento da personalidade: sua função como cláusula geral e sua relação com os direitos especiais de personalidade.....	454
4.5	Contornos do regime jurídico-constitucional dos direitos de personalidade.....	456
4.6	O direito à vida privada (privacidade e intimidade).....	461
4.6.1	Considerações gerais.....	461
4.6.2	Conteúdo (âmbito de proteção) do direito à vida privada.....	462
4.6.3	Limites e restrições.....	466
4.7	A salvaguarda do sigilo fiscal e bancário.....	467
4.8	Inviolabilidade do domicílio.....	472
4.8.1	Notícia histórica e generalidades.....	472
4.8.2	Direito internacional dos direitos humanos e evolução constitucional brasileira anterior à Constituição Federal.....	473
4.8.3	Conteúdo e limites do direito à inviolabilidade do domicílio na Constituição Federal.....	474
4.9	A inviolabilidade da correspondência e o sigilo das comunicações em geral.....	482
4.10	Proteção dos dados pessoais.....	489
4.11	Os direitos à honra e à imagem.....	493
4.11.1	Considerações gerais.....	493
4.11.2	O direito à honra.....	494
4.11.3	O direito à (própria) imagem.....	498
4.12	Direitos de liberdade.....	502
4.12.1	Algumas notas sobre um direito geral de liberdade na Constituição Federal e o sistema constitucional das liberdades fundamentais.....	502
4.12.2	Liberdade de expressão.....	508
4.12.2.1	Notas introdutórias: breve mirada sobre a evolução constitucional brasileira pretérita e o direito internacional.....	508
4.12.2.2	A liberdade de expressão na Constituição Federal.....	511
4.12.3	Liberdade de consciência e de crença (liberdade religiosa).....	533

4.12.3.1	Notas introdutórias e breve mirada sobre a evolução no âmbito do direito internacional, direito constitucional estrangeiro e evolução constitucional brasileira.....	533
4.12.3.2	A liberdade religiosa e a liberdade de consciência na Constituição Federal de 1988.....	537
4.12.4	Liberdade de locomoção	549
4.12.4.1	Considerações gerais e reconhecimento no plano do direito internacional e direito constitucional estrangeiro	549
4.12.4.2	A liberdade de locomoção na evolução constitucional brasileira pretérita.....	550
4.12.5	A liberdade de locomoção na Constituição Federal	551
4.12.5.1	Considerações gerais	551
4.12.5.2	Âmbito de proteção da liberdade de locomoção: sua dimensão objetiva e subjetiva.....	552
4.12.5.3	Titulares e destinatários.....	553
4.12.5.4	Limites da liberdade de locomoção	554
4.12.6	O direito à informação e o direito de acesso à informação.....	556
4.12.6.1	Considerações iniciais	556
4.12.6.2	Conteúdo e alcance do direito à informação	558
4.12.6.2.1	Anotações gerais sobre o objeto do direito à informação.....	558
4.12.6.2.2	Titulares e destinatários.....	559
4.12.6.2.3	Dimensão objetiva e subjetiva (negativa e positiva).....	559
4.12.6.2.4	Limites e restrições do direito de acesso à informação	561
4.12.7	As garantias constitucionais relativas à prisão: o caso da prisão civil	564
4.12.7.1	Generalidades.....	564
4.12.7.2	A prisão civil: possibilidade e limites na Constituição Federal.....	564
4.12.7.2.1	Generalidades e evolução constitucional pretérita	564
4.12.7.2.2	Conteúdo e âmbito de proteção da proibição da prisão civil na Constituição Federal	566
4.12.7.2.3	A prisão civil no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar	567
4.12.7.2.4	A controvérsia em torno da prisão civil do depositário infiel ..	570
4.12.7.2.5	Liberdade de profissão	572
4.12.7.2.6	A liberdade de profissão na Constituição Federal	575
4.12.7.2.7	Liberdade de associação	586
4.12.7.2.8	Liberdade de reunião.....	597
4.13	Direito(s) de igualdade: direito geral de igualdade, cláusulas especiais de igualdade e políticas orientadas para a igualdade.....	610
4.13.1	Considerações introdutórias	610
4.13.2	Da igualdade formal à igualdade material.....	614
4.13.3	Breves notas a respeito da relação entre dignidade, liberdade e igualdade.....	616
4.13.4	Conteúdo e significado do princípio da igualdade e do(s) direito(s) de igualdade na Constituição Federal de 1988	617
4.13.4.1	Generalidades.....	617

4.13.4.2	Âmbito de proteção: conteúdo e alcance do princípio e do direito geral de igualdade	618
4.13.4.3	Metódica de aplicação do princípio (direito) da igualdade e efeitos de sua violação na condição de direito subjetivo	625
4.13.4.4	Igualdade, diferença e as assim chamadas “ações afirmativas” como promotoras da igualdade material e de políticas de inclusão e reconhecimento	630
4.14	Dos direitos fundamentais sociais	633
4.14.1	Aspectos gerais relativos aos direitos sociais como direitos fundamentais	633
4.14.1.1	Generalidades: os direitos sociais no quadro da evolução constitucional brasileira	633
4.14.2	Breves notas sobre os direitos sociais no âmbito do direito constitucional estrangeiro	636
4.14.3	Os direitos sociais como direitos fundamentais e seu regime jurídico na Constituição Federal	640
4.14.3.1	Aspectos gerais	640
4.14.3.2	Titulares e destinatários dos direitos sociais	645
4.14.3.3	O problema da eficácia e efetividade das normas de direitos sociais, com destaque para a controvérsia acerca da exigibilidade dos direitos sociais como direitos a prestações	650
4.14.3.4	O problema da proteção dos direitos sociais e o assim designado “princípio da proibição de retrocesso”	659
4.14.3.5	Algumas notas acerca do problema do financiamento dos direitos sociais, das “cláusulas pétreas” e as EC 94 e 95, de 2016	662
4.15	Dos direitos sociais em espécie	665
4.15.1	Considerações preliminares	665
4.15.2	O direito ao (e a garantia do) mínimo existencial como espécie de categoria transversal	665
4.15.3	O direito à proteção e promoção da saúde	671
4.15.4	O direito à alimentação	682
4.15.5	O direito à moradia	685
4.15.6	O direito à educação	691
4.15.7	O direito ao trabalho	703
4.15.8	O direito ao lazer	707
4.15.9	O direito à segurança social: previdência e assistência aos desamparados	708
4.15.10	O direito à proteção da maternidade, da infância, da juventude e do idoso	712
4.15.11	O direito ao transporte	719
4.15.12	O direito-dever fundamental de proteção e promoção de um meio ambiente saudável	723
4.16	Nacionalidade	733
4.16.1	Considerações introdutórias	733
4.16.2	A nacionalidade no âmbito do direito internacional, com destaque para o sistema de reconhecimento e proteção dos direitos humanos	735
4.16.3	A nacionalidade no direito constitucional estrangeiro	736
4.16.4	A nacionalidade no âmbito da evolução constitucional brasileira	737
4.16.5	O regime da nacionalidade na Constituição Federal de 1988	739

4.16.5.1	Considerações gerais: a nacionalidade como direito e garantia fundamental	739
4.16.5.2	Espécies de nacionalidade	739
4.16.5.2.1	A nacionalidade primária: o brasileiro nato	740
4.16.5.2.2	A nacionalidade secundária: a naturalização como forma de aquisição da nacionalidade	744
4.16.5.3	Distinções entre os brasileiros natos e os naturalizados	748
4.16.5.4	Perda e reaquisição da nacionalidade brasileira	749
4.16.5.5	O problema da assim chamada dupla nacionalidade	753
4.16.5.6	Um caso especial: a condição jurídico-constitucional dos cidadãos portugueses (a assim chamada quase nacionalidade)	754
4.16.5.7	O regime jurídico do estrangeiro na Constituição Federal	755
4.16.5.7.1	Aspectos gerais	755
4.16.5.7.2	A exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal: as hipóteses de deportação, expulsão e extradição	757
4.16.5.8	As hipóteses de asilo e refúgio	764
4.16.5.8.1	O asilo	764
4.16.5.8.2	O refúgio	766
4.17	Direitos políticos	768
4.17.1	Considerações gerais: o significado jurídico da democracia e sua relação com os direitos políticos e os direitos fundamentais em geral	768
4.17.2	Os direitos políticos como direitos humanos e fundamentais	770
4.17.2.1	Considerações gerais	770
4.17.2.2	Os direitos políticos no plano supranacional (internacional e regional)	771
4.17.3	Os direitos políticos no constitucionalismo brasileiro	772
4.17.3.1	Constituições anteriores	772
4.17.3.2	Os direitos políticos na Constituição Federal de 1988	773
4.17.3.2.1	Considerações gerais: o regime jurídico-constitucional dos direitos políticos na condição de direitos fundamentais	773
4.17.3.2.2	O sufrágio e o direito de voto	778
4.17.3.2.3	A titularidade dos direitos políticos	783
4.17.3.2.4	O sufrágio passivo: condições de elegibilidade	785
4.17.3.2.5	Ainda o sufrágio passivo: as causas de inelegibilidade	788
4.17.3.2.6	Os casos de perda, suspensão e reaquisição dos direitos políticos	799
4.17.3.2.6.1	Considerações gerais	799
4.17.3.2.6.2	Perda dos direitos políticos	800
4.17.3.2.6.3	As hipóteses de suspensão dos direitos políticos ..	802
4.17.3.2.7	A reaquisição dos direitos políticos	808
4.17.3.2.8	A regra da anualidade em matéria eleitoral (art. 16 da CF) ..	808
4.18	Dos partidos políticos	811
4.18.1	Considerações gerais: posição e função dos partidos políticos no Estado Democrático de Direito	811
4.18.2	As dimensões da liberdade partidária e seus elementos estruturantes e consequências	815

4.18.3	Os partidos políticos no direito constitucional brasileiro pretérito.....	817
4.18.4	Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988.....	823
4.18.4.1	Anotações preliminares.....	823
4.18.4.2	Personalidade jurídica dos partidos políticos, sua autonomia e liberdade na CF.....	824
4.18.4.3	O problema da fidelidade partidária e da correlata perda do mandato.....	827
4.18.5	A igualdade de oportunidades entre os partidos políticos.....	830
4.18.5.1	Aspectos gerais.....	830
4.18.5.2	Do financiamento dos partidos.....	831
4.18.5.3	Da propaganda eleitoral e do acesso aos meios de comunicação.....	833
5.	Direitos fundamentais processuais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	835
5.1	Direito fundamental ao processo justo.....	835
5.1.1	Introdução.....	835
5.1.2	Âmbito de proteção.....	837
5.1.3	Titularidade e destinatários.....	840
5.1.4	Eficácia.....	842
5.1.5	Conformação infraconstitucional.....	842
5.2	Direito fundamental à colaboração no processo.....	843
5.2.1	Introdução.....	843
5.2.2	Âmbito de proteção.....	846
5.3	Direito fundamental à tutela adequada e efetiva.....	847
5.3.1	Introdução.....	847
5.3.2	Âmbito de proteção.....	848
5.4	Direito fundamental à igualdade e à paridade de armas.....	859
5.4.1	Introdução.....	859
5.4.2	Âmbito de proteção.....	859
5.5	Direito fundamental ao juiz natural e ao promotor natural.....	863
5.5.1	Introdução.....	863
5.5.2	Âmbito de proteção.....	863
5.6	Direito fundamental ao contraditório.....	865
5.6.1	Introdução.....	865
5.6.2	Âmbito de proteção.....	866
5.7	Direito fundamental à ampla defesa.....	870
5.7.1	Introdução.....	870
5.7.2	Âmbito de proteção.....	870
5.8	Direito fundamental à prova.....	875
5.8.1	Introdução.....	875
5.8.2	Âmbito de proteção.....	875
5.9	Direito fundamental à publicidade.....	882
5.9.1	Introdução.....	882

5.9.2	Âmbito de proteção.....	882
5.10	Direito fundamental à motivação das decisões.....	884
5.10.1	Introdução	884
5.10.2	Âmbito de proteção	885
5.11	Direito fundamental à segurança jurídica no processo.....	890
5.11.1	Introdução	890
5.11.2	Âmbito de proteção.....	890
5.12	Direito à assistência jurídica integral.....	893
5.12.1	Introdução	893
5.12.2	Âmbito de proteção	895
5.13	Direito fundamental à duração razoável do processo.....	896
5.13.1	Introdução	896
5.13.2	Âmbito de proteção.....	896
5.14	Direito fundamental ao duplo grau de jurisdição?	899
5.14.1	Introdução	899
5.14.2	Âmbito de proteção.....	900
6.	Ações constitucionais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	901
6.1	<i>Habeas corpus</i>	901
6.1.1	Introdução	901
6.1.2	Âmbito de proteção.....	901
6.1.3	Titularidade	903
6.1.4	Conformação infraconstitucional.....	904
6.2	Mandado de segurança.....	906
6.2.1	Introdução	906
6.2.2	Âmbito de proteção.....	907
6.2.3	Titularidade	910
6.2.4	Conformação infraconstitucional.....	911
6.3	Mandado de injunção.....	912
6.3.1	Introdução	912
6.4	<i>Habeas data</i>	913
6.4.1	Introdução	913
6.4.2	Âmbito de proteção	913
6.4.3	Titularidade	914
6.4.4	Conformação infraconstitucional.....	914
6.5	Ação popular	915
6.5.1	Introdução	915
6.5.2	Âmbito de proteção.....	915
6.5.3	Titularidade	916
6.5.4	Conformação infraconstitucional.....	917
6.6	Ação civil pública	918
6.6.1	Introdução	918

6.6.2	Âmbito de proteção.....	919
6.6.3	Titularidade	920
6.6.4	Conformação infraconstitucional	921
7.	Da organização do Estado e da repartição de competências	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	923
I –	Da organização do Estado.....	923
7.1	O Estado Federal no âmbito da teoria e prática das formas de Estado: noções gerais e introdutórias.....	923
7.2	Elementos nucleares qualificadores do Estado Federal	925
7.3	O Estado Federal na Constituição de 1988	932
7.3.1	Breve notícia histórica – formas de Estado e a trajetória do Federalismo no direito constitucional brasileiro	932
7.3.2	Principais novidades: a inclusão do Município como ente federativo e o aperfeiçoamento do assim chamado “federalismo cooperativo”.....	934
7.3.3	A Federação como “cláusula pétrea” (art. 60, § 4º, I, da CF), os assim chamados “princípios sensíveis” (art. 34, VII, da CF) e o instituto das vedações constitucionais (art. 19 da CF).....	936
7.4	O instituto da Intervenção como garantia da integridade da Federação	939
7.4.1	Noções gerais.....	939
7.4.2	A Intervenção nos Estados e no Distrito Federal.....	941
7.4.2.1	Pressupostos materiais e hipóteses de cabimento.....	941
7.4.2.2	Aspectos de ordem formal e procedimental.....	946
7.4.2.2.1	Iniciativa do processo interventivo	946
7.4.2.2.2	Competência e forma do ato interventivo.....	948
7.4.2.2.3	Amplitude, prazo, condições e consequências da intervenção.....	948
7.4.2.2.4	Do interventor e de sua responsabilidade	950
7.4.2.2.5	Controle político e jurisdicional da intervenção.....	951
7.4.3	A intervenção nos Municípios	952
II –	Da repartição de competências.....	953
7.5	Noções gerais	953
7.6	Das competências administrativas (materiais) dos entes federativos	957
7.6.1	Aspectos gerais e competências exclusivas (indelegáveis)	957
7.6.2	Competências administrativas comuns (concorrentes).....	958
7.7	Das competências legislativas	961
7.7.1	Competências legislativas privativas da União e sua delegação	961
7.7.2	Competências legislativas dos Estados.....	962
7.7.3	Competências legislativas dos Municípios	963
7.7.4	Competências legislativas do Distrito Federal	965
7.8	As competências legislativas concorrentes	965
7.8.1	Considerações gerais	965
7.8.2	Algumas notas sobre o (problemático e controverso) conceito de normas gerais	967

7.8.2.1	A competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal.....	968
7.8.2.2	A competência suplementar dos Municípios.....	970
7.8.2.3	Considerações de natureza crítica à luz do exemplo da proteção ambiental.....	971
8.	Controle de constitucionalidade	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni</i>	978
I –	O surgimento do controle judicial de constitucionalidade no direito comparado e a sua evolução no direito brasileiro.....	978
8.1	O surgimento do controle judicial da constitucionalidade das leis nos Estados Unidos .	978
8.1.1	Primeiras considerações.....	978
8.1.2	A superioridade do <i>common law</i> sobre os atos do parlamento inglês.....	979
8.1.3	A Revolução Gloriosa, de 1688, e o significado do princípio da <i>supremacy of the English Parliament</i>	981
8.1.4	Do controle dos atos da colônia a partir do direito inglês ao <i>judicial review</i> estadunidense. Mera inversão do princípio da supremacia do parlamento pelo princípio da supremacia do Judiciário?.....	983
8.1.5	Os significados de “supremacia do parlamento” nas revoluções inglesa e francesa	985
8.1.6	O <i>judicial review</i> diante do princípio da separação dos poderes.....	988
8.1.7	A matriz jusnaturalista da Constituição e os poderes constituinte e constituído	994
8.1.8	O caso <i>Marbury v. Madison</i> . A doutrina <i>Marshall</i>	995
8.1.9	Consideração histórico-crítica acerca do surgimento do sistema americano de controle difuso da constitucionalidade das leis.....	999
8.2	A evolução do controle judicial da constitucionalidade das leis na Europa	1001
8.2.1	Primeiras considerações.....	1001
8.2.2	O sistema austríaco de controle de constitucionalidade	1002
8.2.3	A manutenção do controle concentrado e a expansão do modo incidental. Os Tribunais Constitucionais italiano e alemão	1004
8.2.4	Compreensão do sistema em que o juiz, por não poder decidir a questão constitucional, remete-a para análise da Corte Constitucional.....	1006
8.3	História do controle judicial de constitucionalidade brasileiro.....	1009
8.3.1	A Constituição Imperial.....	1009
8.3.2	A Constituição de 1891	1009
8.3.3	A Constituição de 1934	1012
8.3.4	A Constituição de 1937	1016
8.3.5	A Constituição de 1946	1017
8.3.6	A Constituição de 1967/1969.....	1020
8.3.7	A Constituição de 1988	1024
II –	Formas de controle de constitucionalidade e tipos de inconstitucionalidade.....	1026
8.4	Das formas de controle de constitucionalidade	1026
8.4.1	Controle judicial e controle não judicial	1026
8.4.1.1	Objeto do controle judicial	1032
8.4.2	Controle preventivo e controle repressivo	1035

8.4.3	Controle concreto e controle abstrato	1037
8.4.4	Controle incidental e controle principal.....	1040
8.4.5	Controle difuso e controle concentrado	1041
8.5	As diversas faces da inconstitucionalidade	1043
8.5.1	Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material.....	1043
8.5.2	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão	1052
8.5.2.1	Primeiras considerações	1052
8.5.2.2	Inconstitucionalidade por ação	1054
8.5.2.3	Inconstitucionalidade por omissão	1054
8.5.2.3.1	Instrumentos processuais para combater a omissão inconstitucional: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1054
8.5.2.3.2	Omissão total e omissão parcial	1058
8.5.2.3.3	Norma constitucional impositiva de dever de legislar e direito fundamental carente de tutela normativa	1062
8.6	Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente	1067
8.6.1	Inconstitucionalidade superveniente ou revogação? Consequências práticas.....	1067
8.6.2	Alteração dos fatos e modificação da concepção geral acerca do direito.....	1070
8.7	Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial.....	1072
8.8	Inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade indireta	1074
III	– Controle difuso de constitucionalidade	1076
8.9	A questão constitucional no processo comum	1076
8.10	A decisão no controle incidental	1077
8.11	A natureza prejudicial da questão de constitucionalidade	1077
8.12	Legitimados a arguir a questão constitucional no controle incidental.....	1078
8.13	O controle de constitucionalidade de ofício	1081
8.14	Da inexistência de preclusão	1085
8.15	Declaração incidental de inconstitucionalidade nos Tribunais Estaduais e Regionais Federais e no STJ	1085
8.15.1	A exigência de <i>quorum</i> qualificado nos Tribunais. Encaminhamento e decisão da questão constitucional	1085
8.15.2	A Súmula Vinculante 10.....	1086
8.15.3	Interpretação conforme e declaração parcial de nulidade sem redução de texto. Exclusividade do Pleno ou Órgão Especial	1087
8.15.4	Não cabimento do incidente de inconstitucionalidade.....	1088
8.15.5	Questão constitucional já decidida pelo STF	1089
8.15.6	Questão constitucional já decidida pelo Plenário ou Órgão Especial	1090
8.15.7	Declaração de inconstitucionalidade no STJ.....	1091
8.15.8	Procedimento do incidente de inconstitucionalidade nos Tribunais	1094
8.15.8.1	Procedimento prévio perante o órgão fracionário	1094
8.15.8.2	Procedimento perante o Pleno ou o Órgão Especial	1095
8.16	Recurso extraordinário	1097
8.16.1	Recurso extraordinário	1097
8.16.2	Repercussão geral.....	1099

8.16.3	A imprescindibilidade de os precedentes da Suprema Corte obrigarem os juízos inferiores no sistema em que todo e qualquer juiz tem poder para controlar a constitucionalidade	1105
8.16.4	Os precedentes obrigatórios e a importância da fundamentação das decisões ..	1110
8.16.5	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	1112
8.16.6	A individualização dos fundamentos determinantes ou <i>ratio decidendi</i>	1116
8.16.7	A eficácia vinculante dos fundamentos determinantes no STF.....	1117
8.16.8	O julgamento colegiado e a formação do precedente	1122
8.16.8.1	O modelo de julgamento nas Cortes Supremas contemporâneas.....	1122
8.16.8.2	Majoria em relação ao resultado do recurso e maioria quanto ao fundamento: decisão do recurso e precedente	1124
8.16.8.3	Compatibilização entre a função de resolver o recurso e a função de elaborar precedentes.....	1125
8.16.8.4	Proclamação da decisão e da <i>ratio decidendi</i>	1127
8.16.8.5	Os fundamentos diante dos votos individuais	1128
8.16.8.6	Elaboração da justificativa	1130
8.16.8.7	Justificativa e <i>ratio decidendi</i>	1131
8.16.9	Atributos da eficácia vinculante dos fundamentos determinantes	1132
8.16.10	Eficácia temporal da revogação de precedente formado no controle incidental ..	1135
8.16.10.1	A questão nos Estados Unidos.....	1135
8.16.10.2	Diferentes razões para tutelar a segurança jurídica: decisão de inconstitucionalidade e revogação de precedente constitucional	1139
8.16.10.3	Efeitos <i>inter partes</i> e vinculantes da decisão de inconstitucionalidade (no controle incidental) e da decisão que revoga precedente constitucional	1144
8.16.10.4	Eficácia prospectiva de decisão revogadora de precedente constitucional e de decisão proferida em controle incidental	1146
8.16.10.5	A função do Senado Federal.....	1149
8.17	Controle incidental na ação civil pública e na ação popular	1154
8.18	O problema do controle incidental da inconstitucionalidade por omissão.....	1157
8.18.1	Primeiras considerações	1157
8.18.2	O poder de controle difuso abarca o poder de controlar a omissão inconstitucional.....	1159
8.18.3	Situações em que a falta de lei é frequentemente suprida na prática forense.....	1159
8.18.4	A eficácia dos direitos fundamentais sobre os particulares e o controle incidental da omissão inconstitucional	1160
8.18.5	Os limites do juiz no suprimento da falta de lei necessária à tutela de direito fundamental. O controle da inconstitucionalidade por omissão como controle da insuficiência de tutela	1164
8.18.6	Controle de inconstitucionalidade por omissão à tutela de direito fundamental de natureza processual	1165
8.18.7	Legitimidade do raciocínio decisório no suprimento de técnica processual	1170
IV	Ação direta de inconstitucionalidade	1172
8.19	Primeiras considerações	1172

8.20	Legitimidade	1173
8.20.1	Extensão da legitimidade, legitimados universais e especiais e capacidade para postular	1173
8.20.2	Legitimidade, pertinência temática e interesse de agir	1177
8.20.3	Governador de Estado e Assembleia Legislativa	1178
8.20.4	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil	1179
8.20.5	Partido político	1180
8.20.6	Confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional	1182
8.21	Objeto	1187
8.22	Parâmetro de controle	1196
8.23	Procedimento	1199
8.24	Procedimento sumário em sentido formal	1206
8.25	Causa de pedir aberta	1209
8.26	Medida liminar	1212
8.27	<i>Amicus curiae</i>	1216
8.28	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma impugnada	1218
8.29	Da decisão	1219
8.30	Revogação da norma e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade	1220
V	Ação declaratória de constitucionalidade	1221
8.31	Primeiras considerações	1221
8.32	Legitimidade	1226
8.33	Objeto e parâmetro de controle	1227
8.34	Petição inicial	1228
8.35	Controvérsia judicial relevante	1229
8.36	Indeferimento da petição inicial	1231
8.37	Participação no processo	1232
8.38	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma questionada	1232
8.39	Medida liminar e seus efeitos	1233
8.40	Decisão	1236
VI	Efeitos das decisões de inconstitucionalidade e de constitucionalidade	1237
8.41	Eficácia <i>erga omnes</i>	1237
8.41.1	Eficácia <i>erga omnes</i> e coisa julgada material	1237
8.41.2	Decisão de constitucionalidade e possibilidade de posterior ou outra ação direta de inconstitucionalidade	1239
8.41.3	Decisão de constitucionalidade com efeitos <i>erga omnes</i> e impacto das novas circunstâncias sobre o controle difuso	1244
8.41.4	Efeitos temporais da revogação da decisão de constitucionalidade	1246
8.42	Eficácia vinculante	1247
8.42.1	Primeiras considerações	1247
8.42.2	Extensão objetiva	1251

8.42.3	Extensão subjetiva.....	1254
8.43	Reclamação	1257
8.44	Modulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade	1263
8.45	Efeitos da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada	1275
8.45.1	Lei inconstitucional e decisão baseada em lei inconstitucional: efeitos da lei e efeitos da decisão judicial	1275
8.45.2	Incompatibilidade da retroatividade da decisão de inconstitucionalidade com o sistema difuso	1282
8.45.3	Coisa julgada e segurança jurídica	1288
8.45.4	Retroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a coisa julgada	1289
8.45.5	A impugnação fundada em decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015: da retroatividade à tutela da observância das decisões e dos precedentes constitucionais	1290
8.45.6	Da ação rescisória fundada em “violação literal de lei” (art. 485, V, do CPC/1973) à ação rescisória baseada em violação de “norma jurídica” (art. 966, V, do CPC/2015)	1292
8.45.7	A tese de que não há interpretação controvertida de norma constitucional.....	1295
8.45.8	Não há distinção entre decisão proferida em controle concentrado e controle difuso para efeito de rescindibilidade de coisa julgada.....	1305
8.45.9	A previsão de hipótese de rescisória baseada em ulterior decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015	1305
8.45.10	O caso <i>Metabel v. União Federal</i> : a não admissão de ação rescisória baseada em ulterior precedente do Supremo Tribunal Federal mediante a afirmação da garantia constitucional da coisa julgada material.....	1307
8.45.11	Casos em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional.....	1309
8.45.12	Modulação de efeitos e coisa julgada.....	1311
VII	– Técnicas de decisão	1314
8.46	Inconstitucionalidade, nulidade, decisão declaratória e produção de efeitos	1314
8.47	Declaração de inconstitucionalidade total e declaração de inconstitucionalidade parcial.....	1318
8.48	Inconstitucionalidade por arrastamento	1318
8.49	Pronúncia de inconstitucionalidade sem declaração de nulidade	1320
8.50	Omissão parcial, pronúncia de inconstitucionalidade e isolamento de determinados efeitos	1321
8.51	Norma em trânsito para a inconstitucionalidade	1322
8.52	Interpretação conforme à Constituição	1325
8.53	Declaração parcial de nulidade sem redução de texto.....	1327
VIII	– Mandado de injunção	1328
8.54	Primeiras considerações	1328
8.55	História do mandado de injunção no STF.....	1330
8.56	Escopo do mandado de injunção	1338
8.57	Natureza mandamental?	1340

8.58	Legitimidade.....	1344
8.59	Medida liminar	1346
8.60	Pressupostos para a concessão do mandado de injunção	1348
8.60.1	Dever de legislar	1348
8.60.2	Mora do legislador.....	1350
8.60.3	Norma insuficiente e omissão parcial	1352
8.60.4	Norma não autoaplicável	1354
8.60.5	Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e encaminhamento de projeto de lei.....	1355
8.61	Coisa julgada nos mandados de injunção individual e coletivo	1356
8.62	Revisão da decisão? A questão dos efeitos temporais da coisa julgada	1357
8.63	Retroatividade apenas para beneficiar.....	1358
8.64	Eficácia “natural” da coisa julgada	1358
8.65	Eficácia dos precedentes.....	1358
8.66	O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto	1360
IX	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1363
8.67	Primeiras considerações	1363
8.68	Escopo da ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1365
8.69	Objeto da omissão inconstitucional.....	1367
8.70	Legitimidade.....	1368
8.71	Procedimento	1371
8.72	Omissão parcial de inconstitucionalidade.....	1378
8.73	Medida liminar	1379
8.74	Da decisão na ação de inconstitucionalidade por omissão. Crítica.....	1382
8.75	Efeitos da decisão proferida na ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Responsabilidade do Estado por omissão inconstitucional	1385
X	Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1392
8.76	Primeiras considerações	1392
8.77	Modalidades	1394
8.78	Requisitos da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1395
8.78.1	Ausência de outro meio processual capaz de sanar a lesividade de modo eficaz	1395
8.78.2	Relevância do fundamento de controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição ...	1397
8.79	Legitimidade.....	1398
8.80	Parâmetro de controle	1400
8.81	Objeto	1402
8.81.1	Introdução	1402
8.81.2	Atos do Poder Público.....	1402
8.81.3	Direito pré-constitucional	1403
8.81.4	Declaração de inconstitucionalidade de direito municipal.....	1405
8.81.5	Declaração de constitucionalidade dos direitos municipal e estadual	1406

8.81.6	Controle de ato legislativo em fase de formação	1407
8.81.7	Norma de caráter secundário.....	1409
8.81.8	Decisões judiciais e arguição de descumprimento de preceito fundamental	1411
8.81.9	A questão da omissão parcial	1414
8.82	Procedimento.....	1416
8.83	Medida liminar	1419
8.84	Decisão e efeitos	1421
XI	– Representação interventiva	1422
8.85	Introdução	1422
8.86	Legitimidade	1425
8.87	Objeto	1427
8.88	Compreensão dos princípios sensíveis como parâmetro para a decretação da intervenção	1429
8.89	Procedimento.....	1430
8.90	Medida liminar	1431
8.91	Decisão e efeitos	1433
XII	– Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal	1434
8.92	Primeiras considerações	1434
8.93	Norma estadual e duplicidade de controle de constitucionalidade.....	1435
8.94	Decisão de (in)constitucionalidade de norma constitucional estadual, em face da Constituição Federal, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça.....	1440
8.95	Norma constitucional de reprodução e interpretação incompatível com a Constituição Federal. Cabimento de recurso extraordinário	1441
8.96	Ação de inconstitucionalidade por omissão nos Estados-membros.....	1442
8.97	Ação direta de constitucionalidade nos Estados-membros	1442
8.98	Efeitos da decisão proferida em sede de ação direta de âmbito estadual	1443
XIII	– Controle de convencionalidade	1445
8.99	Introdução. Hierarquia normativa dos tratados internacionais dos direitos humanos ...	1445
8.100	Significado de supralegalidade dos tratados internacionais	1451
8.101	Modos de controle da convencionalidade no direito brasileiro	1451
8.102	Controle de supraconstitucionalidade	1452
8.103	O controle de convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	1455
8.104	Objeto e parâmetro do controle de convencionalidade na Corte Interamericana	1460
8.105	Os efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos	1461
	<i>Referências</i>	1464
	<i>Outras obras dos autores</i>	1548
	Ingo Wolfgang Sarlet.....	1548
	Luiz Guilherme Marinoni.....	1549
	Daniel Mitidiero.....	1551